

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS 3º QUADRIMESTRE DE 2017

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REALIZADA em 23 de Fevereiro de 2018.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2017, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no átrio da Prefeitura Municipal, na Internet (www.saojoaodopolesine.rs.gov.br) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

Cumprindo informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Contudo, fins exclusivos da avaliação das metas, os quadros serão apresentados com saldos acumulados em **31 de dezembro de 2017**.

1. Resultado Primário

O Resultado Primário tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2017, o resultado primário foi de (R\$ 162.596,66).

QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO

	Previsão Atualizada	Realizada no Período	%
Receitas Correntes	15.883.410,66	14.211.695,00	89,47%
(-) Rendimentos de Aplicações	43.800,00	67.352,62	153,77%
(-) Deduções da Receita Corrente	2.447.700,00	2.176.921,53	88,94%
1 (=) Receitas Primárias Correntes	13.391.910,66	11.967.320,85	89,36%
Receitas de Capital	2.664.810,30	854.996,88	32,08%
(-) Alienação de Ativos	164.179,34	230.255,00	140,25%
(-) Rend.Aplicações (origem em transf de capital)	4.200,00	10.822,14	257,67%
(-) Amortização de Empréstimos	1.000,00	-	0,00%
(-)Operação de Crédito	150.000,00	202.902,38	135,27%
(-) Deduções da Receita de Capital	-	3.915,13	-
2 (=) Receitas Primárias de Capital	2.345.430,96	407.102,23	17,36%
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	15.737.341,62	12.374.423,08	78,63%
	Previsão Atualizada	Realizada no Período	%
Despesas Correntes	13.084.489,82	11.994.754,80	91,67%
(-) Juros e Encargos da Dívida	79.616,00	78.757,20	98,92%
4 (=) Despesas Primárias Correntes	13.004.873,82	11.915.997,60	91,63%
Despesas de Capital	3.245.959,16	781.602,65	24,08%
(-) Concessão de Empréstimos	1.000,00	-	-
(-) Amortização da Dívida	160.710,00	160.580,51	99,92%
5 (=) Despesas Primárias de Capital	3.084.249,16	621.022,14	20,14%
6 Despesas Primárias (4+5)	16.089.122,98	12.537.019,74	77,92%
Reserva de Contingência	78,40	-	0,00%
7 Resultado Primário (3 – 6)	(351.781,36)	(162.596,66)	46,22%
8 Saldos de Exercícios Anteriores	230.006,42	230.006,42	100,00%
	Observações:		
Detalhamento da Previsão Atualizada da Receita			
Previsão Inicial da Receita	15.953.485,49		
(+)Excesso de Arrecadação Utilizado p/Créditos Adicionais+auxílios e convenios	147.035,47		
(=)Previsão Atualizada da Receita	16.100.520,96		

Observação: de acordo com a Portaria STN nº. 553/2014, os recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit orçamentário, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores, tais valores, que no período de janeiro a dezembro de 2017, corresponderam a R\$ 230.006,42, foram informados no campo 8, no demonstrativo acima.

2. Receita

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicialmente previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado no montante de R\$ 15.953.485,49. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de R\$ 12.885.755,22, tendo sido arrecadado, portanto 80,77% da meta anual. Esse desempenho foi propiciado, principalmente, pelo resultado das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 90,26% da programação anual.

O total das Receitas Correntes previstas para o exercício foi de R\$ 13.332.854,53. Os valores realizados corresponderam a R\$ 12.034.673,47. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias que figuraram, respectivamente com R\$ 12.306.495,43 e 1.446.185,54 da arrecadação bruta.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual Inicial	Realiz. no Período	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	13.332.854,53	12.034.673,47	90,26%
Receita Tributária	1.445.300,00	1.446.185,54	100,06%
(-) Deduções da Rec Tributária	(308.800,00)	(242.642,18)	78,58%
Receita de Contribuições	100.000,00	69.857,01	69,86%
Receita Patrimonial	43.800,00	67.352,62	153,77%
(-) Ded. De Receita Patrim	-	(1,19)	0,00%
Receita de Serviços	325.700,00	192.629,58	59,14%
Transferências Correntes	13.645.654,53	12.306.495,43	90,19%
(-) Deduç. De Tr. Correntes	(2.138.900,00)	(1.934.209,51)	90,43%
Outras Rec. Correntes	220.100,00	129.074,83	58,64%
(-) Ded. De Outr Rec. Correntes	-	(68,65)	0,00%
2 – Receitas de Capital	2.620.630,96	854.996,88	32,63%
Operaç. De Crédito	150.000,00	202.902,38	135,27%
Alienação de Bens	120.000,00	230.255,00	191,88%
Amort. de Empréstimos	1.000,00		0,00%
Transfer. De Capital	2.345.430,96	411.017,36	17,52%
Outras Rec. De Capital	4.200,00	10.822,14	257,67%
3 (-) Outras Deduç. da Receita	-	(3.915,13)	
Total da Receita	15.953.485,49	12.885.755,22	80,77%

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	1.395.300,00	1.392.425,26	99,79%
I P T U	442.800,00	434.225,90	98,06%
I R R F	172.500,00	179.373,52	103,98%
I T B I	130.000,00	95.287,18	73,30%
I S S Q N	650.000,00	683.538,66	105,16%
Taxas	50.000,00	53.760,28	107,52%
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	44.000,00	49.812,22	113,21%
Taxas p/ Prestação de Serviços	6.000,00	3.948,06	65,80%
(-) Deduções da Rec Tributária	(308.800,00)	(242.642,18)	78,58%
Total das Receitas Tributárias (Líquido)	1.136.500,00	1.203.543,36	105,90%

2.1 - Transferências do FUNDEB

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de 2017, o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 761.582,63, representando 95,20% da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo fundo com R\$ 1.934,209,51 (90,43% do total previsto para o ano). Portanto, a perda acumulada, ao final do terceiro quadrimestre é de R\$ 1.172.626,88.

QUADRO 3 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	800.000,00	761.582,63	95,20%
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.138.900,00	1.934.209,51	90,43%
Perda com o FUNDEB	-1.338.900,00	-1.172.626,88	87,58%

2.2 Receitas de Capital

Conforme evidenciado no **Quadro 2**, as Receitas de Capital alcançaram 32,63% da previsão inicial para o ano. A maior previsão está na transferência de capital tanto da esfera estadual como federal, cujo valor inicialmente previsto foi de R\$ 2.345.430,96, tendo ingressado R\$ 411.017,36 no exercício analisado (17,52% do total previsto para o ano). São recursos, oriundos de contratos de repasse, convênios ou instrumentos congêneres celebrados com a União e/ou com o Estado. Tal desempenho, abaixo do esperado, é resultante da forte retração econômica, que tem levado o governo federal e estadual a suspender ou atrasar tais repasses.

Merece destaque a realização de recursos da Operação de Crédito BADESUL – PIMES, autorizada pela Lei Municipal nº 769/2015. O valor total autorizado foi de R\$ 700.000,00, sendo que até 31/12/2016 haviam sido liberados R\$ 494.822,71 e que no exercício de 2017 foram liberados R\$ 202.902,38, totalizando o valor de R\$ 697.725,09, ou seja, 99,67% do total contratado, tais recursos foram aplicados em obras de pavimentação de ruas da cidade e no Distrito de Vale Vêneto.

3. Despesa

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total arrecadada no período de janeiro a dezembro de 2017, apresentou uma execução superior à despesa total liquidada. Em valores acumulados, a correlação receita total/despesa total foi de 0,99, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 109.397,77. No entanto, cabe ponderar que, se aumentarmos o valor do Superávit Financeiro de exercícios anteriores que foi utilizado até o final de 2017, para a abertura de créditos adicionais (R\$ 230.006,42), o superávit “real do exercício”, foi de R\$ 339.404,19.

As Despesas Liquidadas, no acumulado do exercício de 2017 totalizaram R\$ 12.776.357,45, valor equivalente a 78,24% do total dos créditos autorizados. Analiticamente, o total das despesas correntes realizadas (liquidadas) foi de R\$ 11.994.754,80, correspondendo a 91,67% da previsão atualizada para esta categoria econômica. As despesas de capital (investimentos) realizadas até o final de dezembro totalizaram R\$ 781.602,65, ou seja, 24,08% dos créditos autorizados.

QUADRO 4 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	16.100.520,96	12.885.755,22	80,03%
Especificação	Créditos Autorizados	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	13.084.489,82	11.994.754,80	91,67%
Pessoal e Encargos Sociais	6.899.703,19	6.776.002,50	98,21%
Juros e Encargos da Dívida	79.616,00	78.757,20	98,92%
Outras Despesas Correntes	6.105.170,63	5.139.995,10	84,19%
Despesas de Capital	3.245.959,16	781.602,65	24,08%
Investimentos	3.083.249,16	621.022,14	20,14%
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	160.710,00	160.580,51	99,92%
Reserva de Contingência	78,40	0	0,00%
(2) Despesa Total	16.330.527,38	12.776.357,45	78,24%
Resultado Orçamentário (1-2)	-230.006,42	109.397,77	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		0,99	

Observações:

a) a previsão atualizada, segundo orientações da STN (portaria 553/2014) corresponde a:

Previsão Inicial da Receita	15.953.485,49
(+)Excesso de Arrecadação Utilizado p/Créditos Adicionais+auxílios e convênios	147.035,47
(=)Previsão Atualizada da Receita	16.100.520,96

b) a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e os créditos autorizados (R\$ 230.006,42) corresponde ao montante de recursos de Superávit Financeiro do exercício de 2017 que foi indicado para a abertura de créditos adicionais.

4. Despesa de Pessoal

Conforme evidenciado nos quadros 5 e 6, a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 44,62% para o Executivo e de 3,07% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 13.033.092,48 e está assim discriminada:

QUADRO 5 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	14.211.595,00
(-) I R R F s/Rendimentos do Trabalho	174.207,87
(-) Deduções da Receita Corrente	2.176.921,53
(+) Ajustes Perdas c/FUNDEB	1.172.626,88
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.033.092,48

QUADRO 6 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	5.814.934,00	44,62%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	399.628,13	3,07%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	6.214.562,13	47,68%	57%	60%

5. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (**Quadro 7**), apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 e instrução normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 2.904.661,51, o que corresponde a 25,25% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu no limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB. Assim nos termos da legislação vigente, a perda deverá ser computada nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, que uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, no exercício de 2017, o montante de R\$ 721.682,18 o que corresponde a 94,76% dos recursos do referido fundo atendendo o dispositivo legal supracitado.

QUADRO 7 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS	PREVISÃO Inicial	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			
Receitas de Impostos + Multas e Juros + Dívida Ativa	1.229.600,00	1.205.638,41	98,05%
Receitas de Transferências Constitucionais	11.394.500,00	10.295.989,73	90,36%
TOTAL DAS RECEITAS	12.624.100,00	11.501.628,14	91,11%
Mínimo a Aplicar em M D E (25%)	3.156.025,00	2.875.407,04	91,11%
	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO		Até o Quadrimestre	%
EDUCAÇÃO INFANTIL	992.802,74	909.352,34	91,59%
ENSINO FUNDAMENTAL	949.374,86	837.844,14	88,25%
(+) Perda com o FUNDEB	(1.338.900,00)	(1.172.626,88)	87,58%
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.000,00	2.834,25	70,86%
(-) Despesas c/Superávit do FUNDEB	12.327,60	12.327,60	--
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	3.264.750,00	2.904.661,51	88,97%
PERCENTUAL APLICADO	25,25%		

6. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 2.558.307,93, o que corresponde a 22,24% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012, conforme abaixo demonstrado:

QUADRO 8 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO (a)	Arrecadação:	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			
Receitas de Impostos	1.229.600,00	1.205.638,41	98,05%
Receitas de Transferências Constitucionais	11.394.500,00	10.295.989,73	90,36%
TOTAL DAS RECEITAS	12.624.100,00	11.501.628,14	91,11%
Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)	1.893.615,00	1.725.244,22	91,11%
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
Administração Geral	11.795,60	8.528,68	72,30%
Atenção Básica	2.658.500,00	2.551.504,58	95,98%
Vigilância Sanitária	5.200,00	4.219,72	81,15%
Vigilância Epidemiológica	600,00	136,39	22,73%
Restos a Pagar Liquidados no Exercício	-		
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	2.000,00	1.777,14	88,86%
(-) Valor Transferido a Consórcio Público (Portaria STN nº 274/2016)	4.695,60	4.304,30	91,67%
TOTAL APLICADO NO PERÍODO	2.669.400,00	2.558.307,93	95,84%
Fonte: Balancetes contábeis da receita e da despesa orçamentária			
PERCENTUAL APLICADO	22,24%		

Ainda, com relação aos gastos com saúde mais especificamente na manutenção do Hospital Municipal nos três últimos exercícios foram aplicados os seguintes recursos:

EXERCÍCIO	TOTAL APLICADO PARA MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL R\$	RECURSOS PROPRIOS DO MUNICÍPIO R\$	% DE RECURSOS PROPRIOS SOBRE TOTAL APLICADO	
			RECUSOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL R\$	
2015	1.198.299,06	876.508,99	321.790,07	73,14
2016	1.309.080,43	1.029.812,05	279.268,38	78,66
2017	1.149.072,78	967.348,48	181.724,30	84,18

Fonte: Balancetes contábeis da despesa por fonte de recursos

OBS: No exercício de 2017 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul repassou diretamente ao Hospital de Caridade São Roque através do contrato nº 212/2016 o valor de R\$ 216.656,95 que foi abatido do custo do contrato entre o Município e o Hospital São Roque

7. Resultado Nominal

No final do exercício de 2017, o Resultado Nominal foi de R\$ 441.870,46, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria nº 553/2014), que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento líquido no período. Por esta metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final período de referência (dezembro de 2017) e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência (dezembro de 2016), sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado houve superávit, pois, em 31/12/2017 a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo de R\$ 642.869,36 inferior àquele verificado ao final do período anterior, que era de R\$ 749.425,48.

QUADRO 9 – RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo Em 31/12/2016	Saldo Em 31/12/2017	Variação %
I – Dívida Consolidada	553.892,47	537.144,58	-3,02%
(-) Ativo Disponível	840.819,66	968.042,59	15,13%
(+) Restos a Pagar Processados + Empenhos do Exercício Liquidados a Pagar	995.126,72	1.034.962,07	4,00%
(+) Outras Obrigações Financeiras	41.225,88	38.805,30	-5,87%
II – Dívida Consolidada Líquida	749.425,41	642.869,36	-14,22%
III – Receita de Privatizações	-	-	
IV – Passivos Reconhecidos	-	-	
			Resultado Nominal
V – Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	749.425,41	642.869,36	-106.556,05
Receita Corrente Líquida	13.033.092,48		

8 . RESTOS A PAGAR

O quadro abaixo mostra a evolução dos restos a pagar com insuficiência financeira ao longo dos 06 últimos exercícios financeiros publicados no *site* do Tribunal de Contas do Estado:

EXERCÍCIO	TOTAL DE RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA R\$	% S/RCL
2012	195.521,27	9.179.804,19	2,12
2013	358.928,93	10.028.245,80	3,57
2014	467.171,97	10.784.929,17	4,33
2015	510.096,16	11.299.072,75	4,51
2016	360.933,60	13.033.443,81	2,76
2017	377.299,04	13.033.092,48	2,89

*Fonte TCE-RS

COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que:

a) O Resultado Primário do período foi de R\$ (162.596,66) o qual, foi influenciado pela realização de despesas suportadas por recursos do superávit financeiro de exercícios anteriores (R\$ 230.006,42) demonstrando assim que se levarmos em conta somente a despesa do exercício de 2017 a Administração Municipal teve um resultado primário de R\$ 67.409,76, cumprido assim o estabelecido na lei de diretrizes orçamentária (LDO).

b) No período de janeiro a dezembro de 2017, a execução orçamentária da receita e da despesa apresentou superávit nominal, total, de R\$ 109.397,77, influenciado em parte pelo aproveitamento do superávit financeiro de determinadas fontes de recursos que foram utilizados para a abertura de créditos adicionais.

c) O desempenho das principais receitas do Município, principalmente as originadas de transferências da União, a exemplo do FPM, ficou abaixo do esperado. De acordo com estudo elaborado e divulgado pela FAMURS o município de São João do Polêsine deixou de receber no decorrer do ano de 2017 a importância de R\$ 163.400,00 do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

d) Nos últimos anos enfrentamos sérias dificuldades no recebimento de repasses de recursos do Estado, destinados à saúde. Este fato, aliado às demais dificuldades, tem forçado a Administração Municipal a aportar recursos muito superiores ao mínimo exigido legalmente para as Ações e Serviços Públicos de Saúde. Conforme se pode verificar no Quadro 8 desse relatório, foram destinados recursos próprios para a saúde no montante de R\$ 2.558.307,93, o que representa um percentual de 22,24%, ao passo que a Constituição e a LC nº 141/2012 exigem 15%. Assim, em termos financeiros, houve um repasse a maior de R\$ 833.063,71, para o financiamento de Ações e Serviços Públicos de Saúde. Tal montante, aplicado à maior, embora destinado principalmente ao atendimento direto à população, tem implicado na falta de recursos para outras áreas, também prioritárias. Também devemos considerar que o município enfrentou falta de repasse de recursos destinado a área da saúde nos anos de 2014 a 2017, onde o governo do Estado deixou de repassar a importância de R\$ 301.961,71, conforme OF. Circular/FES. Nº 532/2017 de 05 de Dezembro de 2017.

e) O quadro abaixo demonstra o desempenho das receitas oriundas de transferências correntes da União e do Estado

	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Transferências da União	9.302.500,00	8.305.827,20	89,29%
Cota parte do F P M + Cota Extra	8.500.000,00	7.543.934,69	88,75%
Cota parte do I T R	7.500,00	6.323,25	84,31%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	13.000,00	14.705,63	113,12%
Cota Parte Fundo Especial do Petróleo	80.000,00	80.370,61	100,46%
PAB - Parte Fixa	80.000,00	66.872,04	83,59%
PAB - Parte Variável	305.000,00	297.860,99	97,66%
Outras Transferências do SUS	53.000,00	58.352,43	110,10%
Transferências do F N A S	94.000,00	98.160,00	104,43%
Transferências do F N D E	159.000,00	125.344,79	78,83%
Transf.de Convênios com União	-	-	0,00%
Outras Transferências da União	11.000,00	13.902,77	126,39%
Transferências do Estado	3.518.154,53	3.225.535,60	91,68%
Cota Parte do I C M S	2.500.000,00	2.374.820,60	94,99%
Cota Parte do I P V A	325.000,00	320.331,47	98,56%
Cota Parte do IPI / Exportação	49.000,00	35.874,09	73,21%
Cota parte da C I D E	12.000,00	15.802,16	131,68%
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	260.000,00	129.501,78	49,81%
Transf.de Convênios com Estado	370.454,53	349.179,40	94,26%
Outras Transferências do Estado	1.700,00	26,10	1,54%

f) Quanto aos Restos a Pagar com insuficiência financeira, demonstrado no item 08, provocado principalmente pelo alto investimento em saúde, não compromete o equilíbrio financeiro do município uma vez que em comparação com a receita corrente líquida o índice de 2,89% é perfeitamente aceitável na atual conjuntura econômica que vive o País. A forte recessão que enfrentamos a partir de 2014, o que tem causado desequilíbrio nas conta públicas, os municípios gaúchos acumulam irreparáveis perdas em seus cofres. O Município de São João do Polêsine também tem sofrido com a crise econômica afetando diretamente as finanças, enquanto as demandas por atividades essenciais só tem aumentado. A realidade atual do Município não é diferente daquela vivenciada pelos demais municípios gaúchos. Isso obrigou o Poder Executivo a adotar uma série de medidas tendentes a adequar suas despesas à sua capacidade de arrecadação, deforma a evitar, o tanto quanto possível, o descompasso na relação receita/despesa.

No quadro abaixo fica evidenciado que as medidas adotadas surtiram os efeitos necessários para que possamos alcançar o equilíbrio das contas públicas, mais especificamente no gastos com despesas correntes que de 2016 para 2017 teve um aumento de 0,84% contra uma inflação de 2,95%.

Exercício	Despesa de Custeio	Variação %
2014	9.551.666,96	---
2015	10.072.931,49	5,45
2016	11.335.275,51	12,53
2017	11.430.797,92	0,84

g) por fim, em que pese o quadro de dificuldades, cabe ponderar que as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo encontram-se abaixo dos limites legais e que os gastos constitucionais obrigatórios com Educação e Saúde se encontram acima dos percentuais mínimos estabelecidos, demonstrando, de modo geral, o cumprimento da Constituição Federal.

São João do Polêsine, aos 22 de fevereiro de 2018.

MATIONE SONEGO
Prefeito Municipal

CLÓVIS COLETTI
Contador